

A INFLUÊNCIA DO TREM DO RECIFE NA CULTURA ESCOLAR DE CAMPINA GRANDE (1907-1957)

Josemir Camilo de Melo¹
Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio²

O presente trabalho pretende analisar a influência que o Trem do Recife teve na cultura educacional de Campina Grande entre as décadas de 1910 e 1950, compreendendo assim neste período houve uma contribuição nas mudanças culturais e educacionais na cidade, não só através da importação de objetos e valores culturais, mas, principalmente da circulação de pessoas, idéias e livros. Constatamos que boa parte da elite intelectual campinense se formou na Faculdade de Direito sob os auspícios do ‘Trem do Recife’, enquanto, paralelamente assumia postos educacionais e culturais, ditando normas e padrões culturais. O Recife constituía um espaço desejado por quase todos, por ser um modelo de modernidade que representava o progresso e a civilização no Nordeste neste período. Verificamos ainda que esta mesma elite lia e (re)produzia certas modas adaptadas da mesma capital pernambucana, como determinadas práticas de escrita (influências do Diário de Pernambuco) e de aquisição de traços e valores culturais que encontraram guarida na comunidade campinense ligados à prática tanto da francofilia (leituras e sobrenomes) como de anglofilia (esportes e derivados do mundo ferroviário).

Palavras-chave: Campina Grande, Cultura Escolar, Cidades, Recife.

Introdução

Nos últimos trinta anos, as discussões em torno da crise dos sistemas educacionais têm colocado como desafio ao campo educacional brasileiro não apenas a reflexão sobre as reformas educativas, como também na busca de novos referenciais teóricos para interpretar o universo da escola. Houve neste debate uma preocupação constante com a tópica da cultura, disseminada inicialmente no seio de uma intelectualidade marxista, que cada vez mais se interrogava sobre as práticas culturais como constitutivas da sociedade e não somente como produto das relações socioeconômicas. Nos estudos atuais, ligados às referências culturalistas francesas, um dos interesses constantes são as representações simbólicas das práticas escolares na atividade educacional, atenta a uma constituição histórico-social. E é neste sentido que os trabalhos históricos vêm se debruçando cada vez mais sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, etc.) e suas ações confortadoras e instituidoras das culturas escolares, bem como na abordagem sobre a articulação entre estas mesmas culturas e as culturas urbanas, tendo os tempos e os espaços educacionais como fios condutores de investigação.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bolsista PRONCI/UEPB, cota 2007/2008 sob orientação do Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo..

Campina Grande, localizada no interior do estado da Paraíba, destacou-se desde sua origem como um importante entreposto comercial, um elo entre o interior do estado e a capital, bem como com Pernambuco. O comércio sempre teve uma importância entre as atividades econômicas do município, e entre essas atividades comerciais houve uma fundamental em sua trajetória: o algodão, o “ouro branco”. No ápice de sua exportação, com a comercialização deste produto a cidade ficou conhecida internacionalmente, chegando a ser a segunda maior exportadora do mundo, de acordo com o discurso ufanista local, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. No início do século XX, Campina Grande tornou-se o centro de toda a região que compõe o compartimento da Borborema. No entanto, muito mais do que o algodão, foi o fato de Campina Grande permanecer como ponta de trilhos da antiga *Great Western*, entre 1907 e 1957, que alavancou o seu crescimento.

Estatísticas demonstram que a cidade cresceu quanto à construção imobiliária, abertura de ruas, em suma, quanto à urbanização (CÂMARA: 1947). Há também referências esparsas de aquisição de traços e valores culturais advindos do Recife e que encontraram guarida na comunidade campinense, como o primeiro registro de frevo Vassourinhas, tocado na cidade, por volta de 1915. Outros hábitos político-sociais surgiram em razão dessa ligação com o Recife, sede da ferrovia inglesa, como a greve ferroviária de 1909, em que, pela primeira vez, campinenses participaram de uma greve.

O crescimento do número de jornais locais também foi fruto da ligação pelo trem que não só trouxe velhas e novas impressoras, como intelectuais como o poeta Antônio Telha e uma dezena de outros influentes pernambucanos, como João Mendes (editor do *Anuario de Campina Grande* de 1925). Vivia-se a cultura tipográfica, ou como diz Chartier “aculturação tipográfica” do povo urbano, pois o escrito favorece “(...) a entrada do povo urbano na cultura do escrito impresso” (2004: 107, 111).

O trem levaria não só os que iam estudar Direito no Recife, como Aluísio Afonso Campos, mas, e definitivamente, o músico e compositor Capiba e outros que fizeram circular sua cultura nos trilhos, como na memória escrita do pernambucano Mário Melo, sobre suas lembranças de Campina Grande. Inspirados nesses detalhes é que estamos investigando como o processo de urbanização de Campina Grande, após a chegada do trem, contribuiu na oferta de serviços culturais e educacionais, não só quanto à Escola, em si, mas sob todas as formas educacionais institucionais (cursos técnicos, comerciais etc.) e nas adaptações curriculares para fazer jus a uma urbs moderna.

Para compreendermos a História da Educação em Campina Grande, das primeiras décadas do século XX, fez-se mister a investigação em fontes impressas, documentais, monumentais e de imagens em seus mais diversos aspectos, principalmente no tocante à circulação de livros e intelectuais. Quanto à circulação destes que tiveram peso na formação de educadores, editando livros ou mesmo em sala de aula, temos o professor e literato Anésio Leão, o jurista Hortênsio Ribeiro, que, além de cronista, fundou o *Collège Condorcet*, na cidade, e outros, como o professor e jornalista William Ramos Tejo. Compreendemos também neste conceito a circulação de livros, almanaques e anuários, a leitura em geral e a influência de traços culturais franceses na composição de nomes familiares: Vergniaud, Dinoá, Chateaubriand e demais nomes. Nesta linha, estaremos também verificando o que lia esta elite e o que (re)produzia e quais as modas adaptadas do Recife (a francofilia e a anglofilia, exportadas nas rodas do trem) e investigando como se deu a atuação dos membros desta elite de professores, diretores e fundadores de escolas, cursos e similares, e autores de livros ‘pára’ didáticos, bem como a luta por espaços frente às novas correntes educativas impostas pelo poder federal.

Cultura escolar: saberes, conhecimentos e currículos.

As noções de cultura escolar têm significado um importante refinamento metodológico e analítico em diversas pesquisas no Brasil, e proporcionalizado, nas últimas décadas, um fortalecimento do diálogo com as demais áreas do conhecimento, como a antropologia, a psicologia, a literatura, entre outras. Em meio à crise dos sistemas educacionais na década de 1990, esse conceito tem se colocado como destaque na busca de novos referenciais teóricos para interpretar o universo da escola no Brasil.

Segundo Faria Filho (2007) para compreendermos o conceito de cultura escolar devemos, antes de tudo, diferenciar as chamadas dimensões da escolarização, que seriam: *a Escolarização como estabelecimento de processos políticos e a Escolarização como representações sociais*. A primeira dimensão pretende designar o estabelecimento de processos e políticas ligadas à organização de redes e instituições responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo, e no mais das vezes, da moral e da religião. Já a segunda dimensão a escolarização é entendida como a produção de representações sociais que tem a escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Para o autor é justamente essa última faceta da

escolarização que permite articular com uma configuração de um tipo específico de formação e organização cultural denominada *cultura escolar*.

Uma equipe de pesquisadores (FARIA et al., 2004) demonstra, em artigo recentemente publicado que representa uma síntese geral de estudos ligados a este conceito, como a noção de cultura escolar vem sendo apropriada pela área da História da Educação Brasileira enquanto categoria de análise e campo de investigação. Na primeira parte do texto, há uma abordagem das definições de cultura escolares mais utilizadas. Trabalhos de Dominique Julia, André Chervel, Jean-Claude Forquin foram visitados, procurando estabelecer as similitudes e as diferenças entre a disseminação desses textos no Brasil. Na segunda parte do artigo, sem pretender realizar uma revisão bibliográfica completa nem um exaustivo levantamento de títulos e autores, os estudiosos chamam a atenção para algumas das dimensões da realidade educacional brasileira as quais os pesquisadores têm buscado entender com o concurso da noção de cultura escolar. As pesquisas se debruçam pelo menos sobre três grandes focos independentes: *os impressos pedagógicos e sua importância como estratégia de difusão de modelos e idéias pedagógicas, a análise das práticas da leitura e da escrita* e por último, a vertente que se refere à *história do currículo e das disciplinas escolares*.

Na concepção de Faria Filho (2007) estamos passando de uma história das políticas, da organização e do pensamento educacionais, para uma história das culturas escolares sem que, no entanto, tenhamos produzido uma cultura historiográfica e pesquisas de base que dêem suporte a esta passagem. Esta constatação vem de um comparativo com a historiografia francesa. Na realidade muito se tem contribuído para aperfeiçoamento da aplicabilidade do conceito de campo escolar graças ao diálogo com a chamada história cultural francesa, principalmente através de Roger Chartier e seus conceitos de representação e práticas culturais.

Representação é a categoria central da história cultural, incorporada pelos historiadores a partir de Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX. No entendimento destes autores, as representações coletivas são formas integradoras da vida social. Ou seja, as normas, instituições, discursos, imagens e ritos criados socialmente teriam a função de matrizes geradoras de condutas e práticas sociais. Apropriando-se desse conceito, o historiador francês Roger Chartier desenvolveu em seus estudos a matriz de sua noção de representação, que estão nos seus principais textos publicados, com destaque para o livro *A História Cultural: entre práticas e representações* (1990) e

no artigo *O Mundo como Representação* (1990). Seu trabalho a partir desses estudos nos anos 1980 será a chave para compressão dos principais paradigmas da história Cultural.

Na concepção de Chartier (1990), “*a História cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída pensada, dada a ler*” (1990: 17). Chartier, além de tentar delimitar as aplicabilidades deste conceito, tenta, ao mesmo tempo, refletir sobre as mudanças na história a partir das transformações ocorridas nas ciências sociais durante as últimas décadas do século XX. Sua visão passa pela leitura de uma história como uma disciplina vigorosa, porém atravessada por incertezas. (CHARTIER, 1991: 176). Seu projeto intelectual entrecruza uma história das práticas com uma história das representações, ou seja, de uma história das práticas de leitura, dos livros e dos materiais impressos, bem como dos modos de representação da leitura em uma sociedade.

Essa visão acredita não na neutralidade das representações e sim nas luta de representações em meio aos mecanismos de grupo. Decorre daí, portanto, a assertiva de Pierre Bourdieu, ao definir o real como um campo de forças para definir o que é real.

As representações apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é constituído de forma contraditória e variado, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer; e fazer crer sobre o mundo tem o controle de vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. (apud PESAVENTO, 2005, p.41.)

A noção de campo de produção cultural (BOURDIEU, 2004) pode ser compreendida como um espaço social onde estão situados os que produzem obras (escritores, poetas, jornalistas, e outros) e o valor intrínseco destas mesmas obras, em relações recíprocas no transcurso de suas atividades. Para o sociólogo, alguns pressupostos devem ser inicialmente entendidos quanto aos princípios da construção do conceito. O primeiro se refere aos rompimentos com referências comuns ao mundo social e à literatura, como “meio”, “contexto” ou “pano de fundo”, nas quais, segundo Bourdieu (2004) a história social da arte e da literatura se contenta. A essência do conceito está na concepção que todo campo tem seus “*dominantes e seus dominados, seus conservadores e sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução*” (BOURDIEU, 2004: 170). Portanto, há uma aproximação por parte de Bourdieu entre o campo literário com o campo político, visto que, segundo o sociólogo, tanto um campo

como o outro, trata, entre suas práticas, de uma questão de poder: “*Aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc.,*” (Idem: 170).

Campina Grande nos trilhos da modernidade e da educação

Quando o trem chegou a Campina Grande, em 1907, o município tinha uma área em torno de 2.467 km² e, graças à vinda da famosa “Maria Fumaça”, a cidade de Campina Grande, em pouco tempo, tornara-se-ia um importante pólo de comércio e serviços para a toda a região Nordeste; sendo que esta influência não foi apenas devida ao comércio do algodão, mas, sobretudo porque a cidade permaneceu como ponta de trilhos da antiga *Great Western*, por 50 anos.

Em um discurso proferido no dia 24 de Novembro de 1940, na sede da União de Moços Católicos, o historiador paraibano Celso Mariz, relata em suas memórias sentimentais, as imagens da já afamada Rainha da Borborema em suas inumeráveis transformações causadas após a chegada do trem. A Campina Grande de 1901, - data em que o autor conhece o município, - para a grande e importante cidade do interior do Nordeste de 1940, - ano em que Mariz escreve o seu discurso e observa impressionado o desenvolvimento. Assim ele se refere “*Campina estava, de fato, naquele ano de 1901, longe de ser o vibrante pandemônio que é hoje*” (MARIZ, 1985, p.13).

A chegada do trem foi responsável por um aumento considerável da oferta de serviços culturais e educacionais em Campina Grande. Surgiram “ (...) *na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em transito, de estivas por atacado e de algodão em pluma; carroças de bois para transporte urbana de mercadorias, etc.*” (CÂMARA, 1997, p.89). No mesmo ano da chegada do trem iniciou-se o crescente número de inaugurações, principalmente de escolas e jornais na cidade. Em 1908 começa circular o periódico “*O Campina Grande*”, dirigido pelos estudantes de Direito (em Recife) Gilberto Leite, Virgílio Ribeiro Maracajá, Protásio e Antonio Pessoa de Sá. Um ano depois é inaugurado o periódico “*15 de Novembro*”, pelo professor Severino Correia de Araújo, tendo como colaboradores os mesmos jovens “jornalistas” do “*Campina Grande*”. O ano 1909 também o da criação do “*cinema Brasil*”, o primeiro da cidade, no edifício do Grêmio de Instrução, e funcionando até o ano seguinte.

Voltando aos fundadores do Jornal “*O Campina Grande*”, são eles que iriam também fundar uma escola, o *Collegio Campina Grande*, em 1908. O núcleo destes jovens intelectuais na verdade foi o na época o bacharelado campinense em Recife

Antonio Pessoa de Sá, jovem rico, filho de uma importante família da cidade. O estatuto deste colégio, publicado no respectivo jornal no ano de 1909, dá uma visão geral de como era o ensino na época em Campina Grande. Os assuntos, as formas, as didáticas, são descritas de formas simplificadas. Certos trechos destacam os objetivos educacionais do colégio como realizar uma “*educação, intellectual, moral e cívica das creanças do sexo masculino de accordo com a pedagogia moderna.*” Outro aspecto foi o ensino primário masculino ser dividido em três series:

a) noções de cousas, escripta e leitura; b) noções de cousas, contabilidade, escripta e a leitura; c) lições de cousas, desenho e escripta, systema métrico decimal, fracções, juro, etc, noções de Geographia, estudo theorico e pratico da grammatica portugueza, noções de história e choroghafia do Brazil, elementos theoreticos da lingua franceza. (O CAMPINA GRANDE, 1909, p.8).

Em 1913, é fundado o Gabinete de Leitura pelo professor Dr. José Coelho, entretanto a idéia partira do pernambucano Lino Fernandes de Azevedo. Esta instituição centralizou durante muitos anos a vida intelectual da cidade de Campina Grande, mantendo biblioteca diariamente aberta ao público, com jornal, revista, e escola gratuita etc., promovendo muitas festas cívicas e literárias, entre elas concursos de beleza, e as chamadas “horas literárias”, “Conferências” e “Jornais falados”, muito comuns em centro urbanos, como o Recife e Rio de Janeiro.

Em Campina Grande, a partir de 1915, um grande número de Clubes dançantes começava a funcionar, a exemplo do “*Clube dos Boêmios*”, que teve curta duração, - considerada a primeira sociedade dançante organizada na cidade; a “*Recreativa Popular*”, que funcionou até 1919; e o “*Campinense Clube*”, que se instalou na sede do já referido “Colégio Campinense”, do Dr. Gilberto Leite (CÂMARA, 1998, p.89).

Nessa mesma agitação festiva, colégios vão sendo inaugurados, a exemplo do *Colégio – Instituto Spencer* (anglofilia?) estabelecimento de ensino que funcionou entre os anos 1915 e 1917, tendo como responsável o professor José Otávio de Barros; o *Instituto Pedagógico*, fundado na Rua da Lapa, em 1919, pelo tenente Alfredo Dantas Correia de Góis, e o *Instituto São Sebastião*, fundado, em 1920, pelo professor e poeta Anézio Leão. É sobre esse mesmo período que o livreiro Antonio Moraes descreve como era a educação primária em Campina Grande através da escola do professor Pedro Otávio. Na crônica intitulada *A Primeira Escola*, Moraes (s/d) procura dá ênfase aos costumes do ambiente escolar. Vamos ao texto, vale a pena transcrevê-la:

1918. Sapato novo, mandado fazer, sob encomenda, lá ia eu para a escola do professor Pedro Otávio, levado por Joaquin, um velho amigo da família, e que morava conosco. Da rua onde morávamos, travessa João Ribeiro, depois Travessa da Luz (atual Simeão Leal), para a escola (rua Jovino do Ô, hoje 4 de Outubro), era muito perto, e na segunda semana, eu podia ir sozinho á escola.

Aquele olhar, por cima dos óculos, que o professor lançava sobre os alunos, infundia muito respeito, e no começo me deixou atormentado. Os alunos eram divididos em duas alas. Um lado para as meninas, outro para os meninos, todos em cadeiras separadas. Uma mesa comprida no meio do salão, para os ditados e exercícios de traslado. E em determinado dia, era a sabatina. A grossa palmatória fazia com que prestássemos toda atenção às perguntas, a fim de que pudéssemos dar respostas certas. Nada mais cabuloso do que estender as mãos ás meninas quando levavam o melhor nas respostas. Elas usavam a palmatória sem pena, porque o professor estava presente, e elas também tinham medo. Certa vez, apanhei de levar “bolos” de uma garota de braços cabeludos. Mas de outra vez, eu lhe devolvi os “os bolos”, com certa pena.

Quando o professor se ausentava, por alguns instantes, quem assumia o seu lugar, na cabeça da mesa, era um rapazola franzino, no mais velho, e creio que era o aluno mais adiantado, José de Almeida Barreto.

Quando entrei para escola, já levava, na minha bolsa de tiracolo feita pelo pai, o Terceiro Livro de Felisberto de Carvalho. Ele já havia me ensinado, e eu já escrevia um pouco. As matérias se resumiam em leitura do Terceiro Livro, taboada, paleógrafo ou leitura manuscrita, traslado, e o ditado pelo professor, para cada grupo do mesmo nível. Assim eram as aulas.

Nesse tempo ainda não havia saneamento na cidade. E a casa que tinha sanitário com fossa, já era um luxo. As meninas se serviam do sanitário da residência do professor, que ficava logo após o quintal da escola. A residência era na Rua Irineu Joffily, e a escola era na rua Jovino do Ô, e se comunicavam pelos fundos. Os meninos não gozavam desse privilégio, tinham que satisfazer suas necessidades fisiológicas num matagal em frente à escola, por entre moitas de marmeleiro, jurubebas e carrapateiras. Só podia sair um aluno de cada vez. Levando a “licença”, uma espécie de pedra, ovalada, com a qual tínhamos muito cuidado, para não perdê-la.

Lembro-me de que algumas alunas residiam na Rua Grande (atual Maciel Pinheiro). Eu morava numa transversal, travessa João Ribeiro, a duzentos metros dessa rua. Na Rua Grande estavam localizadas as melhores residências da cidade.

Não era propriamente um recreio, mas alguns minutos de liberdade, onde podíamos falar com os colegas, a hora do lanche. Comprávamos as cocadas, na casa do professor, por um tostão cada uma. O intervalo para o lanche era um alívio e um prazer.

Decorar a taboada cantando:

Um e um – dois

Dois e um – três

Dois e dois – quatro

Quatro e dois – seis.

E ficar boquiabertos com as travessuras do rapazola franzino, José de Almeida Barreto, que, na ausência do professor, virava-se de costa para

as meninas, e para os meninos, mostrava o “cipó” rijo, e logo escondia debaixo de um livro aberto.
São as recordações de um tempo bom e de uma infância sem sonhos, naqueles tempos inocentes. (...) (MORAES, 1985, p.31 a 33.)

Essa descrição do cotidiano da escola dá as bases do ensino da época, centrados na figura autoritária do professor, na verdade um mestre-escola a exemplo do século XIX, que se utilizava de estratégias duras de controle aos alunos, o que se assemelha e muito às práticas de controle de um regime militar. Não é à toa que um dos maiores professores da cidade fosse o Tenente Alfredo Dantas (até hoje, nome de educandário). O uso da *palmatória ou régua, a separação por sexos*, os ditados e exercícios decorados como a tabuada, ou as atividades de paleógrafo ou leitura manuscrita, podem se distinguir como sendo as principais características do processo educativo da época. A lembrança do livro didático exemplifica a naturalidade do uso do mesmo no dia a dia das aulas.

A chegada do trem simbolizou quanto ao campo educacional um aumento considerável de serviços culturais e educacionais, tanto sob todas as formas educacionais institucionais (como cursos técnicos, comerciais etc.), bem como, por exemplo, na inauguração de Grêmios e Associações literárias. Principalmente a partir da década de 1930. Exemplos foram às criações sucessivas de cursos de Contabilidade, Datilografia, entre outros, em diversos colégios da cidade, quando os governos, tanto estadual como o federal, incentivaram a criação de Escolas Técnicas e Comerciais, bem como deram aval para a aplicação destes cursos em escolas particulares, isso tudo devido à nova lógica educacional ligada a um projeto industrial e comercial de todo o país. Foi assim que os Colégios Pio XI e Alfredo Dantas, por exemplo, mantiveram diversos cursos técnicos e comerciais para nutrir a já representativa vida econômica campinense, formando vários profissionais para o mercado de trabalho. Em relação à criação de Grêmios e Associações literárias, vários foram os que se notabilizaram nas ações de discussões de cunho estéticos, em práticas provenientes de uma elite intelectual ansiosa por leituras e interações culturais. Existiram aquelas associações que foram institucionalizadas, como por exemplo, o *Grêmio de Instrução*, fundada em 1913 (e que funcionou até 1935) já citado a cima em nosso texto, o *Clube dos Simples*, fundado por Murilo Buarque em 1941 e o Clube Literário de Campina Grande, inaugurado em 1947. Existiram, também, aqueles não institucionalizados que funcionavam como reuniões informais, a exemplo do *Caldo de Cana* de Hortensio Ribeiro, em seu escritório de advocacia nas décadas de 1930 e 1940 e da não menos famosa *Fruteira do Cristino Pimentel*, que durou de 1928 a 1953, participando nomes importantes da vida literária campinense. Tempos de João Mendes,

Hortensio Ribeiro, Luiz Gil, Murilo Buarque, Pedrosa da Livraria, Epitácio Soares, Nilo Tavares, Ramalho Filho, etc.

Entre as descrições dos personagens locais da antiga Campina Grande de 1901, Celso Mariz (1985) lembra ainda daqueles que ele chamou de os moços do comércio e das letras, entre eles estavam: Hortensio Ribeiro, Candido Leitão Filho, Severino Pimentel, Antônio Sá, Irineu Joffily Filho, Generino Maciel, entre outros, uma geração que segundo ele se formou “*nas sociedades Juvenil e Grêmio de instrução Campina-grandensse*” (1985:17).

Grande parte destes mesmos nomes foi a primeira geração ao se formar nas faculdades do Recife ou do Rio. Na época a capital pernambucana era o núcleo de influência de toda uma região. Era o local mais próximo para aqueles que desejavam conquistar um título de Bacharel. Nomes como Hortensio Ribeiro, Irineu Joffily (filho), Severino Procópio formaram-se em Direito, no Recife (a exceção de Hortensio que acabou terminado seu curso de Direito no Rio de Janeiro). Em medicina, formaram-se Cândido de Melo Leitão e João Tavares de Melo Cavalcanti; em odontologia, os irmãos José e Natanael Licarião, entre outros.

Com a chegada do trem e o crescente processo de urbanização de Campina Grande, as facilidades de se transportar para a capital pernambucana, antes realizadas através de burro de carga, fizeram o número de campinenses que se formariam no Recife crescer, bem como aumentou também a quantidade de pernambucanos que vieram para Campina devido à fama da cidade, diante de intenso crescimento econômico nas primeiras décadas do século XX. Um exemplo da respeitabilidade e do status daqueles que se formavam na faculdade de Direito do Recife, está contida nas páginas do periódico *O Informativo*, de Lino Gomes Filho, do ano de 1953.

COLAÇÃO DE GRAU:

Vem de colar grau, no dia 12 deste, pela tradicional faculdade de Direito do Recife, mais um talentoso jovem da terra campinense – ÁLVARO DE ARAÚJO PEREIRA.

O ilustre concluinte, que fez brilhante curso, é filho de Manoel Elias de Araújo Pereira e sua esposa a D. Josefa Batista de Araújo.

Ao Dr., Álvaro de Araújo Pereira, por tão nobre vitória, os parabéns dos que fazem “O informativo”(O Informativo, n.1., 17 de Dezembro de 1953).

Esta lógica de as elites campinenses se formarem na capital pernambucana já fora usada antes, por exemplo, com Irenêo Joffily (para a Faculdade em Recife), mesmo antes da chegada do trem, mas em escala reduzidíssima; e isso não foi uma característica

apenas de Campina Grande, mas também da Capital (de onde partira Maximinao Lopes Machado, para a Faculdade em Olinda) ou de toda a Paraíba, e de toda a região Nordeste. O status daquele que se formava na famosa e disputada faculdade de Direito do Recife existia como uma forma de soma de capital simbólico e de reconhecimento social.

Primeiro Olinda e, depois, Recife teriam de ser, fatalmente, centros de atração dos jovens *filii familias* que buscavam, nas academias jurídicas, menos a formação técnica do profissional da ciência e da técnica jurídicas do que uma formação humanística superior e o domínio intelectual das idéias, dos princípios e das normas que capacitariam, na atividade política e administrativa, os líderes da sociedade tradicional em que viviam (MACHADO NETO, 1978, p.69).

Grande parte das lideranças políticas e intelectuais campinenses do início do século XX se formou na Faculdade de Direito do Recife: Afonso Campos (e, nos tempos do trem, o filho deste, Aluizio Campos) José Agra, Severino Pimentel, Antônio Pessoa de Sá, Vergniaud Wanderley, e muitos outros. Isto notabiliza que a formação da maior parte da elite intelectual local nasceu principalmente sob os auspícios do ‘Trem do Recife’. Uma representação do que isto significava para as famílias campinense, como marca do status daqueles que se formaram nesta Faculdade, é a exibição pública no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande do Diploma de José Honorato da Costa Agra, que se formou no ano de 1932. O diploma exibido seria um emblema da posição social ocupada e da importância coletiva desta memória para a sociedade campinense da época, ou melhor, de sua elite empenhando em registrar a memória de certos privilégios.

O interessante é notar que estes mesmos personagens voltaram após se formarem no Recife para a cidade de Campina Grande, exercendo várias funções. Nem todos seguiram a advocacia, e boa parte deles tentaram a vida pública, se tornaram funcionários de governos ou lideranças políticas. Quanto à atuação destes membros das elites como professores alguns deles se destacaram, a exemplo de Hortensio Ribeiro, Antônio Pessoa de Sá e Severino Pimentel, entre outros. Ambos se tornaram espécies de agitadores culturais, empenhados em práticas e na criação de suportes e instituições culturais. Acumulando capital cultural na metrópole regional do Nordeste, o Recife, esses membros da elite campinense praticaram *habitus* que foram desde fundação de periódicos e escolas a atividades de diretores de colégios ou de presidência de Clubes literários.

Hortensio Ribeiro, antes mesmo de se formar já dava aulas no *Atheneu Campinense*, no início do século, após a sua formação em Direito no Rio de Janeiro em

1908, e de sua volta á Campina (de trem), além de abrir seu escritório de advocacia, fundou ainda o *Colégio Condorcet* na década de 1930, bem como ressurgiu o famoso jornal *Gazeta do Sertão* (cultura tipográfica, Chartier). Seu nome foi ainda uma liderança durante muitos anos, não só no campo educacional e jornalístico, como também literário, o que enfatiza sua espécie de mandarinato intelectual na época. Outro nome que exemplifica a atuação das elites é o de Antônio Pessoa de Sá, formado em 1909, filho de uma importante família da região que, mesmo antes de se formar, já era dono de jornal “*O Campina Grande*”. No mesmo ano em que se formou, inaugurou um escritório de advocacia e uma escola, chamada *Collegio Campinense*, na qual tiveram a ajuda de colegas bacharelados da mesma Faculdade: Gilberto Leite, Virgílio Maracajá e Severino Pimentel. Este último também se formou em Direito no ano de 1909, inclusive sendo orador da turma de bacharéis da qual pertenciam o reconhecido memorialista Gilberto Amado e o futuro governador João Suassuna. Chegando a Campina Grande, Pimentel foi professor e jornalista, entretanto morreu ainda jovem, tendo colaborado em diversos empreendimentos intelectuais como no próprio jornal “*O Campina Grande*”.

Quanto ao transporte de objetos e pessoas era algo tão comum após a chegada do trem, que as páginas dos periódicos campinenses que circulavam no início do século, a exemplo do jornal O CAMPINA GRANDE, traziam várias notas citando o grande número de personalidades da elite campinense que iam e vinham semanalmente a capital pernambucana. Eram atores, atrizes, políticos, capitalistas, que conheciam a cidade que despontava economicamente na época e era a última da rota da ferroviária da *Great Western*.

Um dado a mais são os bens materiais que as elites adquiriam e consumiam em Campina Grande, a partir da existência da ferrovia e graças ao capital econômico derivado do comércio do algodão. São exemplos os filtros franceses e ingleses, bem como os equipamentos como câmaras fotográficas e gramofones, trazidos pelo trem, exibidos no Museu histórico e Geográfico da cidade. Também é exemplo a banheira inglesa trazida por encomenda para a casa de José Peixoto (funcionário do Governo para fiscalizar a *Great Western*).

Nestes diálogos culturais, em que se intensificava a aquisição de traços e valores advindos do Recife, algumas práticas podem ser citadas, a exemplo da Francofilia, ou seja, o amor ou paixão a França, - centro cultural e intelectual do mundo - praticado por muitos de nossos intelectuais da época. A comunidade campinense, principalmente sua

elite, acabou incorporando certos traços, que vão sendo cada vez mais enfatizados, através da migração cultural e intelectual no sentido Recife-Campina.

Um indício que pode explicar isso tudo foi um número de jornais que chegavam a Campina Grande pelo trem. Um exemplo é citado pelo livreiro Moraes (s/d), que lembra do personagem Zé do Povo, um jornalista, que anunciava em voz alta, na estação, os jornais que vinham do Recife: “PROVINCIA! JORNAL DO RECIFE! DIÁRIO DE PERNAMBUCO! JORNAL PEQUENO! Aos domingos anunciava também: CORREIO DE CAMPINA!” (MORAES, 1985, p.66.) Evidente que esses jornais traziam em si muito símbolos ligados à cultura pernambucana, do que propriamente paraibana ou campinense.

Em Campina Grande, vários são os indícios que demonstram o intenso grau de influência francesa na cidade de Campina Grande, principalmente no chamado campo literário, em suas práticas de escrita e leitura. Na presente etapa da nossa investigação alguns resultados podem ser indicados. O que se pode afirmar na verdade é que existiram durante o início do século XX em Campina Grande, intensas apropriações de idéias e tradições (ad)vindas a partir do trem do Recife. Trazidas pelos trilhos, em travessias espaciais e temporais de idéias, esses bens simbólicos seriam importados, reproduzidos pela expressiva influencia cultural francesa. Sem esta representação, o estilo Art Déco (de origem francesa, como já diz o nome) não teria vingado na cidade, embora introduzido autocraticamente por um germanófilo, Vergniaud Wanderley. Essas idéias foram os esforços de alguns nomes de letras campinenses, como Hortensio Ribeiro (“o francês do Cariri”, chamado inclusive pelos intelectuais locais), Antônio de Sá e Severino Pimentel, João Mendes, João Mangabeira, entre outras mentes, que através de suas práticas culturais, principalmente a escrita, reproduziram tradições e signos advindos da capital cultural do mundo da época.

Essa apropriação de idéias podem ser exemplificadas, na recorrência a epígrafes de autores franceses nos jornais, a exemplo do *15 de Novembro (1908)* e *O Campina Grande (1909)*. O 15 de Novembro, por exemplo, trazia o seguinte trecho em francês logo abaixo do logotipo: “*Je Veux vaines*” e “*Vouloir C’est Lavour*”. Os dois periódicos, que tiveram pouca duração, possuíam como editores os recém formados na Faculdade de Direito do Recife: Antônio de Sá e Severino Pimentel.

Outra prática cultural bem comum foi adoção de nomes franceses em famílias tradicionais, como por exemplo, Vergniaud Wanderley, importante prefeito campinense, responsável pelas reformas urbanas na década de 1930/40; Dinoá, Chateaubriand, entre

outros. Nos casos específicos dos nomes Vergniaud e Chateaubriand, eles são exemplos claros dos níveis culturais de referência existentes.

Entretanto, o maior indício de que a França seria um referencial simbólico para os letrados campinenses está em um conjunto de artigos publicada a partir de 1938, diante da invasão e tomada da França pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Esses artigos publicados no jornal *Voz da Borborema* por intelectuais como Antonio Mangabeira e João Mendes expressam toda a simpatia pelos valores culturais e políticos da nação Européia, bem como a indignação perante a invasão por parte dos germânicos.

Desta forma, como expressão do nosso colonialismo intelectual, a Europa (Paris) constituía o centro de atração maior da vida intelectual brasileira, e não seria diferente em Campina Grande, cidade que expressava as tendências da capital pernambucana, na época centro, cultural e econômica do Nordeste. Nas práticas de leitura está adoção também fica claro. Durante a procura de referências bibliográficas para a pesquisa encontramos vários livros em francês de propriedade do intelectual campinense Hortensio de Sousa Ribeiro. Um deles é *Historie de Washington*, de Cornelis de Witt, procedido de *D'une Étude Historique sur Washington*, de M. Guizot. Tal indício confirma certa tendência cultural das elites locais: a leitura em outra língua. Há relatos ainda de um jornal escolar feito pelas estudantes da escola Imaculada Conceição na década de 1930, escrito totalmente em francês.

Referencias Bibliográficas:

ALMEIDA, Elpídio. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. In: *A Paraíba no Império e na Republica: estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa: Idéia, 2005, p.79-132.

ARANHA, Gervácio Batista *Trem e Imaginário na Paraíba e Região: Tramas Político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Intelectual: um mundo à parte*. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.169-180.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Edições Caravela, 1997.

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COLETÂNEA DE AUTORES CAMPINENSES. Campina Grande, Comissão Cultural do Centenário, 1964.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios*. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Culturas escolares, saberes e práticas educacionais: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 193-211.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONSALVÉS, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULINO, André Luiz. *A cultura escolar como categoria de Análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan./abr.2004.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura Social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira*. São Paulo: Grijalbo, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
- MARIZ, Celso. *Campina de Ontem e de Hoje*. In: *Cidades e Homens*. João Pessoa: A União, 1983.
- MORAES, Antonio Pereira de. *Vi, Ouvi e senti: Crônicas da vida campinense e outras narrativas*. Campina Grande: s/ editora, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIMENTEL, Cristino. *Mais um Mergulho na História Campinense*. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.
- PIMENTEL, Cristino *Pedaços da História de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1985.
- RIBEIRO, Hortênsio. *Vultos e Fatos*. Campina Grande: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.